

# ESTUDOS COM ANÁLISES CRÍTICAS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

## STUDIES WITH CRITICAL ANALYSES OF THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE

### ESTUDIOS CON ANÁLISIS CRÍTICO DE LA BASE CURRICULAR COMÚN NACIONAL

Elaine Gonçalves da Silva<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Raquel Alves Bozzi<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo - USP

Janaína Farias de Ornellas<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

#### Resumo

O objetivo deste estudo foi explorar estudos publicados com análise crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na área das Ciências da Natureza. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com recorte temporal de 2018 a 2023. No levantamento dos trabalhos, foi usada a ferramenta BUSCA<sup>d</sup>, com os descritores Identidade Docente, BNCC, Novo Ensino Médio, Itinerário Formativo e Ciências da Natureza e suas Tecnologias. As buscas retornaram 51 trabalhos, destes trabalhos apenas sete capítulos estavam alinhados ao objetivo e foram analisados. Identificamos que, apesar das diferenças metodológicas, foram semelhantes às percepções sobre a implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, com destaques da falta de participação dos docentes na elaboração do documento e que a eles foi imposta a responsabilidade de colocá-lo em funcionamento. A escassez de produções pode ser justificada pela recenticidade da BNCC na Educação Básica e demonstra a necessidade de pesquisas sobre a temática.

**Palavras-chave:** BNCC; Novo Ensino Médio; Ciências da Natureza; Pesquisa Bibliográfica.

#### Abstract

The objective of this study was to explore published studies with a critical analysis of the National Common Curricular Base (BNCC) in the area of Natural Sciences. For this, a bibliographical research was carried out, with a time frame from

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Graduada em Licenciatura em Química pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4319847983237602> ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5331-5847>. E-mail: [laninha\\_1k@outlook.com](mailto:laninha_1k@outlook.com).

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação, na área de concentração Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação em Ciências e Matemática. Licenciada e Bacharela em Química. Especialista em Docência, com ênfase em Educação Inclusiva. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1974562047013502>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8328-8027>. E-mail: [raquelbozzi@gmail.com](mailto:raquelbozzi@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Ensino de Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Licenciada em Química pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2509143213211730>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0969-3822>. E-mail: [janaina.ornellas@uftm.edu.br](mailto:janaina.ornellas@uftm.edu.br).

2018 to 2023. In the survey of the works, the BUSCA tool was used, with the descriptors Teacher Identity, BNCC, New High School, Training Itinerary and Natural Sciences and their Technologies. The searches returned 51 works, of which only seven chapters were aligned with the objective and were analyzed. We identified that, despite the methodological differences, the perceptions about the implementation of the BNCC and the New High School were similar, with highlights of the lack of participation of teachers in the elaboration of the document and that they were imposed the responsibility of putting it into operation. The scarcity of productions can be justified by the recentness of the BNCC in Basic Education and demonstrates the need for research on the subject.

**Keywords:** BNCC; New High School; Natural Sciences; Bibliographic Research.

## Resumen

El objetivo de este estudio fue explorar estudios publicados con análisis crítico de la Base Curricular Común Nacional (BNCC) en el área de Ciencias Naturales. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica, con un horizonte temporal de 2018 a 2023. En el levantamiento de los trabajos se utilizó la herramienta BUSCA, con los descriptores Identidad Docente, BNCC, Nueva Educación Secundaria, Itinerario Formativo y Ciencias Naturales y sus Tecnologías. Las búsquedas arrojaron 51 obras, de las cuales sólo siete capítulos estuvieron alineados con el objetivo y fueron analizados. Identificamos que, a pesar de las diferencias metodológicas, las percepciones sobre la implementación del BNCC y la Nueva Educación Secundaria fueron similares, destacándose la falta de participación de los docentes en la elaboración del documento y que la responsabilidad de su puesta en funcionamiento fue impuestas sobre ellos. La escasez de producciones puede justificarse por la actualidad del BNCC en Educación Básica y demuestra la necesidad de investigaciones sobre el tema.

**Palabras clave:** BNCC; Nueva Escuela Secundaria; Ciencias Naturales; Investigación Bibliográfica.

## INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi desenvolvida com o objetivo de aprimorar a Educação Básica, sendo a necessidade de um currículo unificado para todos os estudantes destacada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. Este movimento ganhou relevância em 2014 com o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), que estabeleceu como uma de suas metas a elevação da qualidade da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades (Brasil, 2014). A BNCC, portanto, surge com a pretensão de ser um documento de instrumento fundamental para alcançar essa meta, propondo-se como uma base comum para toda a Educação Básica no Brasil, com o intuito de garantir uma aprendizagem de qualidade em nível nacional (Libanio; Costa; Nunes, 2023).

Será que essa é a realidade observada nas escolas? Como os professores estão adaptando suas dinâmicas nos Itinerários Formativos? Quais são as principais dificuldades encontradas pelos professores na implementação da BNCC? Para responder a essas perguntas, estamos realizando uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, com o objetivo de compreender como docentes da Educação Básica de duas



escolas estão se adaptando ao Novo Ensino Médio, especificamente, pretendemos entender as estratégias utilizadas em sala de aula no Itinerário Formativo Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Novo Ensino Médio.

Para isso, foi necessária a realização da construção de um referencial teórico e exploração dos trabalhos já publicados até o momento. Este trabalho, portanto, é parte da pesquisa mencionada e o objetivo deste estudo foi identificar estudos publicados com análise crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na área das Ciências da Natureza.

### **BNCC: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MUDANÇAS**

Entre 2014 e 2018, foram desenvolvidas quatro versões distintas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A versão final, considerada definitiva, foi a de 2018, que posteriormente foi implementada na Educação Básica. A primeira versão, publicada em 2014, destacou os direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento, formulando quatorze direitos que foram posteriormente incorporados aos conteúdos específicos de cada área.

Na segunda versão, lançada em 2015, manteve-se a estrutura das áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, incluindo temas geradores e eixos estruturantes. Além disso, foram definidos objetos de aprendizagem específicos para cada etapa da educação básica, diferente da versão anterior, na qual a escolha dos conteúdos era delegada aos estados, escolas e municípios.

A terceira versão, publicada em 2016, buscou responder às críticas recebidas, introduzindo a flexibilização dos Itinerários Formativos, retirando a obrigatoriedade de certos componentes curriculares. A versão final de 2018 enfatizou as competências e habilidades, direcionando as áreas e componentes curriculares (Silva; Alves Neto, 2020).

A partir da terceira versão da BNCC, já era possível perceber mudanças no ensino médio, como: 1) a carga horária do Novo Ensino Médio, a partir de 2 de março de 2017, aumentou de 1.000 para 1.400 horas, podendo chegar a 1.800 horas, com implementação prevista em até cinco anos; 2) componentes curriculares como Química, Física, Biologia, História, Geografia, Educação Física, Filosofia e Sociologia deixaram de ser obrigatórios; 3) o ensino de Artes, Matemática e Língua Portuguesa passou a ser obrigatório em toda a formação, sendo a Língua Inglesa ofertada a partir do sexto ano.

Além disso, foram introduzidos os Itinerários Formativos, com previsão de 1.200 horas, representando 66% da carga horária total (1.800h). Estes Itinerários estão organizado em:



- I - Linguagens e suas tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa);
- II - Matemática e suas tecnologias;
- III - Ciências da Natureza e suas tecnologias (Biologia, Física e Química);
- IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia);
- V- Formação Técnica e Profissional (Brasil, 2017, p. 467)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi modificada pela Lei nº 13.415 de 2017, trazendo mudanças significativas no novo modelo de ensino, com alterações na carga horária, na abordagem da aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes, por meio de uma nova organização curricular composta pela Formação Geral Básica e pelos Itinerários Formativos (Brasil, 2017).

A Formação Geral Básica é composta por quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, incluindo Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Língua Materna e Língua Portuguesa; Matemática e suas Tecnologias, com a disciplina de Matemática; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, abrangendo Biologia, Física e Química; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, envolvendo Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Cada estudante pode escolher um dos Itinerários Formativos (Silva, 2018).

Cada área do conhecimento possui competências, habilidades específicas e unidades temáticas. Para cada área, há um componente curricular definido, com objetos de conhecimento específicos a serem abordados durante o semestre (Minas Gerais, 2022). No Quadro 1, referente às Habilidades da Competência 1 da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias para o Ensino Médio, podemos observar como algumas habilidades e competências são apresentadas na BNCC. Este documento enfatiza as competências e habilidades, orientando as áreas e os componentes curriculares (Silva; Alves Neto, 2020).

**Quadro 1** - Habilidades da Competência 1 da componente curricular Ciências da Natureza e suas Tecnologias para o Ensino Médio

<b>Componente curricular: Ciências</b>
<b>Competência Específica 1</b>
Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global.
<b>Habilidades</b>



(EM13CNT101) Analisar e representar, com ou sem o uso de dispositivos e de aplicativos digitais específicos, as transformações e conservações em sistemas que envolvam quantidade de matéria, de energia e de movimento para realizar previsões sobre seus comportamentos em situações cotidianas e em processos produtivos que priorizem o desenvolvimento sustentável, o uso consciente dos recursos naturais e a preservação da vida em todas as suas formas.

(EM13CNT103) Utilizar o conhecimento sobre as radiações e suas origens para avaliar as potencialidades e os riscos de sua aplicação em equipamentos de uso cotidiano, na saúde, no ambiente, na indústria, na agricultura e na geração de energia elétrica.

(EM13CNT105) Analisar os ciclos biogeoquímicos e interpretar os efeitos de fenômenos naturais e da interferência humana sobre esses ciclos, para promover ações individuais e/ ou coletivas que minimizem consequências nocivas à vida

(EM13CNT107) Realizar previsões qualitativas e quantitativas sobre o funcionamento de geradores, motores elétricos e seus componentes, bobinas, transformadores, pilhas, baterias e dispositivos eletrônicos, com base na análise dos processos de transformação e condução de energia envolvidos – com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais –, para propor ações que visem a sustentabilidade.

**Fonte:** Retirado da BNCC (Brasil, 2018, p. 555).

A organização denominada Todos Pela Educação (2024)<sup>4</sup>, que não possui fins lucrativos, nem vínculos governamentais e com partidos políticos, propõe e reivindica políticas públicas visando a qualidade da Educação Básica brasileira. Uma de suas publicações foi a Nota de Posicionamento: Novo Ensino Médio: Análise do Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional<sup>5</sup>, publicada em julho de 2024, nela há a descrição das possíveis mudanças significativas que ocorreram no Novo Ensino Médio.

Segundo a análise supracitada, o Projeto de Lei (PL) nº 5230/2023, aprovado pela Câmara dos Deputados, visa abordar e corrigir problemas identificados durante o período de implementação da reforma anterior. Dentre as alterações sugeridas, destaca-se a modificação na carga horária da Formação Geral Básica. Anteriormente estabelecida com um máximo de 1800 horas, a nova proposta estabelece uma carga horária mínima de 2400 horas. Contudo, essa carga mínima pode variar para 2100 horas, dependendo do tipo de Itinerário Formativo escolhido pelos alunos, que pode ser na área de conhecimento geral ou na formação técnica e profissional. Independentemente da escolha do Itinerário Formativo, a carga horária total exigida será de 3000 horas, considerando uma

<sup>4</sup>Site da organização: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em 13 ago. 2024.

<sup>5</sup>O documento não apresenta uma autoria específica, pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/07/novo-ensino-medio-analise-do-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em 13 ago. 2024.



compensação de 300 horas já prevista no aprofundamento de conteúdos da BNCC (Todos Pela Educação, 2024).

Além disso, foi proposto mudanças nas definições dos Itinerários Formativos que especificam que os Itinerários Formativos devem se concentrar no aprofundamento das áreas do conhecimento ou na formação técnica e profissional. Anteriormente, a Lei permitia a oferta de Itinerários Curriculares de maneira menos estruturada, o que poderia resultar em trajetórias educacionais dispersas (Todos Pela Educação, 2024).

Além disso, o texto aprovado propõe que o Conselho Nacional de Educação (CNE) desenvolva diretrizes nacionais para o aprofundamento dessas áreas, orientando sobre os direitos e objetivos de aprendizagem nos itinerários formativos. Essa medida é vista como um avanço significativo para fortalecer a parte diversificada do Ensino Médio, ajudando a resolver os desafios associados a itinerários formativos mais frágeis (Todos Pela Educação, 2024).

O projeto também traz definições mais precisas sobre o itinerário de formação técnica e profissional, indo além das diretrizes anteriores, que se limitaram a mencionar que os Itinerários deveriam ser organizados conforme a relevância local e as capacidades dos sistemas de ensino. Agora, o texto aprovado estabelece orientações mais detalhadas para a estruturação desses Itinerários, alinhando-os aos eixos e áreas tecnológicas definidos pelas diretrizes curriculares nacionais de Educação Profissional (Todos Pela Educação, 2024).

O projeto de lei aprovado não só traz maior clareza e orientações sobre a estruturação dos Itinerários Formativos, mas também sugere que todas as escolas de Ensino Médio ofereçam aprofundamento integral nas quatro áreas do conhecimento, organizados em pelo menos dois Itinerários Formativos distintos, exceto nas escolas que oferecem formação técnica e profissional. Atualmente, a Lei não exige que cada escola ofereça essa variedade, apenas que haja mais de um Itinerário por município. Essa mudança tem como foco ampliar as opções dos estudantes, permitindo que cada uma escolha um Itinerário alinhado com seus interesses e projetos de vida, pretendendo assim, tornar o Ensino Médio mais atraente e relevante para os jovens (Todos Pela Educação, 2024).

Outra alteração sugerida no projeto de lei foi a definição de que o Ensino Médio deve ser oferecido prioritariamente de forma presencial, permitindo a utilização de tecnologias educacionais apenas em situações excepcionais, conforme regulamento que será elaborado com a participação dos sistemas de ensino. Esta mudança foi proposta devido à



interpretação ambígua na legislação atual, que possibilita a oferta de ensino a distância (Todos Pela Educação, 2024).

Foram sugeridas alterações para definir de forma clara os componentes curriculares que compõem as quatro áreas do conhecimento no Ensino Médio, proporcionando maior transparência sobre os conteúdos que serão abordados em cada uma dessas áreas durante a Formação Geral Básica. Na legislação atual, havia apenas a definição das quatro áreas do conhecimento, cabendo à BNCC especificar o que as integrava (Todos Pela Educação, 2024).

A nova legislação propõe que a partir de 2027 os processos seletivos para ingresso no ensino superior, incluindo o ENEM, considerem as competências e habilidades definidas na BNCC, bem como as diretrizes nacionais de aprofundamento das áreas do conhecimento (Todos Pela Educação, 2024).

As alterações propostas por este Projeto de Lei serão submetidas à sanção presidencial. Assim, espera-se que algumas modificações entrem em vigor no ano de 2025, com sua implementação completa prevista para 2026. Desta forma, vivemos em um período de mudanças neste documento orientador, que exige reflexões e argumentos fundamentados, baseados em pesquisas científicas (Todos Pela Educação, 2024).

## **METODOLOGIA**

Neste trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida a partir de um material já elaborado, como livros e artigos científicos. É caracterizada como uma pesquisa exploratória, que permite maior familiaridade com o problema de pesquisa, até mesmo para torná-lo mais explícito e/ou construir hipóteses. O seu planejamento é flexível e possibilita a consideração de diferentes aspectos relacionados ao objeto de estudo (Gil, 2002).

Segundo Lima e Mito (2007), é importante que o desenho metodológico da pesquisa seja explicitado. Assim, adotamos o que as autoras sugerem, em que, inicialmente, construímos o projeto de pesquisa, no qual delimitamos o nosso objetivo e o plano de estudo para alcançá-lo, com o intuito de identificar estudos publicados com análise crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na área das Ciências da Natureza, o nosso plano de estudo foi levantar as produções publicadas, usando a ferramenta BUSCA<sup>d</sup>. Depois disso, coletamos os dados, selecionamos os que estavam alinhados ao nosso objetivo, analisamos os materiais e, por fim, elaboramos uma síntese integradora, com o resultado da análise e reflexão dos documentos.



## LEVANTAMENTO DOS MATERIAIS

Para o levantamento dos trabalhos publicados, foi usada a BUSCA<sup>d</sup>, uma ferramenta tecnológica que possibilita a importação e tratamento de dados para a construção de uma pesquisa bibliográfica, com uma busca de dados com maior agilidade e abrangência (Mansur; Altoé, 2023). Usamos esta ferramenta somente para coletar os nossos dados.

A busca foi realizada em plataformas na BUSCA<sup>d</sup>, que foram: Capes: Teses & Dissertações, Scielo, Springer, Periódicos, Directory of Open Access Journals (DOAJ), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Education Resources Information Center (ERIC) e EduCapes. Os descritores usados foram: Identidade Docente; BNCC; Novo Ensino Médio; Itinerário Formativo; e Ciências da Natureza e suas Tecnologias. A ferramenta gerou diversas combinações desses descritores, das quais selecionamos cinco, organizadas no Quadro 2. Nem todas as plataformas retornaram trabalhos, no Quadro 2 indicamos as combinações dos descritores, a quantidade de trabalhos retornados e as respectivas plataformas que obtivemos resultados.

**Quadro 2** - Resultado do levantamento realizado com a ferramenta BUSCA<sup>d</sup>

Combinação dos Descritores	Quantidade de trabalhos obtidos	Plataformas
Identidade Docente BNCC Novo Ensino Médio Itinerário Formativo Ciências da Natureza e suas Tecnologias	20	EduCapes
Identidade Docente BNCC Novo Ensino Médio Itinerário Formativo	39	EduCapes
Identidade Docente BNCC Novo Ensino Médio Ciências da Natureza e suas Tecnologias	23	EduCapes
Identidade Docente BNCC Itinerário Formativo Ciências da Natureza e suas Tecnologias	29	EduCapes
Identidade Docente Novo Ensino Médio Itinerário Formativo Ciências da Natureza e suas Tecnologias	21	EduCapes e BDTD

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2024).





No levantamento realizado na BUSCA<sup>d</sup>, foram encontradas 132 produções. Ao baixar os títulos, a ferramenta identificou 82 desses títulos como duplicados, restando 51 resultados para análise. Ao analisar a tipologia dos trabalhos, foram identificados 39 livros digitais e 12 dissertações de mestrado, como as dissertações abordavam outras áreas do conhecimento, elas não foram selecionadas para análise.

Para analisar os livros digitais, realizamos a leitura dos resumos e títulos de cada capítulo, com o objetivo de selecionar aqueles que estivessem alinhados com a pesquisa. Após essa leitura e análise, selecionamos sete trabalhos alinhados ao objetivo desta pesquisa, ou seja, com foco em realizar uma análise crítica, indo além da mera exposição do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e/ou com o ponto de vista dos professores da Educação básica acerca da criação do documento e a implementação do Novo Ensino Médio.

## **DISCUSSÕES SOBRE E A PARTIR DOS TRABALHOS ENCONTRADOS**

Com a seleção dos trabalhos alinhados, realizamos a leitura na íntegra. A partir disso, selecionamos algumas informações, as quais apresentaremos abaixo, para uma caracterização dos trabalhos analisados, destacando seus objetivos, as metodologias empregadas e os principais resultados alcançados pelos autores.

Na pesquisa de Silva (2022), foi descrita a participação da sala 7, um dos grupos formados no Cirandar/SIP - Seminário de Inovação Pedagógica de 2021-2022. Os participantes tinham a liberdade de escolher o tema a ser discutido durante os encontros quinzenais. Por escolha da maioria, o tema BNCC foi selecionado para discussão, utilizando leituras de textos, artigos acadêmicos, vídeos e reportagens. Ao longo do texto, o autor apresentou as reflexões feitas durante as reuniões e concluiu que os integrantes do grupo, composto por professores da Educação Básica, um aluno de licenciatura e uma professora do ensino superior, enfrentam dificuldades em compreender a implementação deste novo ensino e a forma como ocorrerá a implementação dos Itinerários Formativos. O autor finaliza o texto apontando que, embora a BNCC seja apresentada como um documento de melhorias e avanços, na prática, acaba por restringir o trabalho docente.

Basso e Pechula (2018) tiveram como objetivo, em sua pesquisa, discorrer sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as consequências da implementação desse documento na autonomia do professor. Após abordar a introdução e a construção da BNCC, os autores discutem a autonomia do professor na implementação desse documento. Eles destacam que os docentes não participaram da elaboração da BNCC, mas foram



responsabilizados pela sua implementação e pelo sucesso das mudanças propostas. Dessa forma, o papel do professor foi reduzido à mera transmissão de conhecimento, o que compromete sua autonomia e desvaloriza a profissão docente. Os autores concluem que a BNCC responsabiliza os professores pelos resultados educacionais, ignorando fatores intra e extraescolares, e compara o processo educativo a um modelo empresarial, precarizando o trabalho docente.

Mueller e Chassot (2021) objetivaram entender o contexto de incoerências na BNCC em seu trabalho. Para isso, os autores realizaram uma análise teórica como método de investigação. O primeiro tópico de análise apresentado foi a coerência democrática, nele discutiram o papel das grandes empresas na elaboração da BNCC, uma mudança significativa na educação do país. O próximo tópico abordou as incoerências da proposta de trabalho por área de conhecimento, destacando questões como a desobrigação das componentes curriculares, a valorização da língua portuguesa e da matemática, e a flexibilidade no currículo. Em seguida, os autores discutiram as incoerências de igualdade, equidade e respeito à diversidade, observando que, apesar da presença da igualdade educacional no documento, há um aumento da desigualdade na prática. No tópico sobre incoerências da proposta no aspecto curricular e na formação de professores, mencionaram a falta de formação dos futuros docentes nas universidades em relação ao ensino interdisciplinar previsto na BNCC. No último tópico, incoerência estrutural, os autores citaram como a estrutura das escolas descritas no documento diverge significativamente da realidade das escolas no país.

Pacheco e Cordeiro (2022) realizaram um levantamento de referencial teórico a partir da compreensão de diferentes temas, como currículo, formação docente, escola das diferenças e caminhos metodológicos. Os autores identificaram a presença de diversas ramificações e abordagens em torno do tema "Currículo". E a escassez de pesquisas sobre a proposta "Itinerários Formativos", possivelmente devido ao recente início do processo de implantação da nova BNCC. Os autores finalizaram destacando a importância do levantamento bibliográfico, que contribuiu para identificar uma ampla gama de autores que discutem o tema, ampliando a compreensão sobre diversas perspectivas.

Na pesquisa de Oliveira, Pereira e Campêlo (2021) o objetivo foi compreender o processo de implementação da BNCC na Rede Estadual de Alagoas. Utilizando entrevistas semi-estruturadas e análise documental do Referencial Curricular de Alagoas e da Nota Técnica dos Ateliês Pedagógicos como metodologia, os autores concluíram que o novo documento BNC-Professor (Base Nacional Comum para Formação de Professores da



Educação Básica) propõe três eixos para a formação inicial e continuada de professores. A implementação e os resultados dessa proposta ainda dependem de como será acolhida pelas instituições formadoras. O estado de Alagoas está reformulando seu sistema educacional, adotando um currículo em espiral focado em competências e habilidades. As reformulações dos referenciais e novas sugestões, como os DesDP, fornecem diretrizes claras para essa nova realidade. A criação dos Ateliês Pedagógicos, que reúne disciplinas como Química, Física e Biologia em um único ambiente, promove a interdisciplinaridade e conteúdos mais consistentes, facilitando a aprendizagem ativa e significativa.

Souza, Favaro e Senzezem (2023) analisaram a implementação da Lei nº 13.415/2017 e seus possíveis desdobramentos para os trabalhadores e para as escolas públicas. Os autores concluíram que desde 2017 foram adotadas medidas para a implementação do novo Ensino Médio, com a BNCC-EM aprovada em 2018. A pandemia atrasou o processo, mas em 2021 e 2022, a implementação começou de forma gradativa em estados como Paraná e Minas Gerais. A reforma beneficiou o setor privado, aumentando parcerias e a venda de materiais didáticos e plataformas. Apesar dos desafios enfrentados pela educação, essas mudanças continuaram a ocorrer. A reforma é criticada por prejudicar os jovens, deixando-os vulneráveis a um sistema focado na reprodução capitalista, responsabilizando-os pelo fracasso profissional. A escola pública torna-se subordinada aos interesses do mercado, exigindo uma ampla luta para reverter esse processo.

Piccinini, Neves e Andrade (2019), tiveram como objetivo analisar a implementação da BNCC a partir das críticas acadêmicas feitas. Os autores concluíram que, desde o início da construção da BNCC, o MNPBC (Os autores não especificaram a sigla por extenso, temos a hipótese que seja Movimento pela Base Nacional Comum) reconhecia a importância do processo para a educação básica e os desafios de sua implementação. A nova fase de implantação da BNCC ocorreu em um cenário político fracionado, com a transição de um populismo de esquerda para um de direita e a emergência de novos partidos e figuras políticas. A ascensão de Michel Temer e a eleição de Jair Bolsonaro trouxeram mudanças significativas, incluindo tensões econômicas e incertezas fiscais. A nomeação de Ricardo Vélez Rodríguez como Ministro da Educação, sem experiência em gestão pública, apontou para uma ênfase ideológica, potencialmente prejudicando a redução das desigualdades na educação básica. E que a implementação da BNCC pode depender mais do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) do que do Ministério da



Educação.

A partir da análise e das descrições das pesquisas, observamos diferentes vertentes de pesquisas realizadas sobre a temática. Notamos a presença de estudos com análises de percepções de diferentes de pessoas sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio, também sobre as mudanças em um determinado contexto, mas há uma predominância de análises dos documentos e leis.

Nos trabalhos analisados, os autores destacaram a falta de participação dos docentes na elaboração do documento e que foi imposto a eles a responsabilidade de colocá-lo em funcionamento. Apontaram a presença de uma suposta autonomia dos estudantes na escolha do Itinerário Formativo e os potenciais impactos negativos dessa escolha na formação futura, a divergência entre o contexto apontado no documento e o contexto educacional brasileiro. Além dos impactos do contexto político e a aproximação dos processos educacionais aos modelos empresariais, o que vai ao encontro das discussões de Lima (2023), as quais apontam que algumas mudanças na BNCC possuem raízes em interesses do mercado financeiro. Isso desenvolve diferentes consequências, como a precarização do trabalho docente.

Por ser uma temática relativamente recente, consideramos baixa a produção de conhecimentos e discussões. Também que não há aprofundamentos em aspectos relevantes, como os impactos na formação de professores das diferentes áreas dos conhecimentos, as formações necessárias para os docentes dos Itinerários Formativos, a disponibilidade de recursos para a efetivação de uma educação de qualidade e que contemple todos os estudantes do Ensino Médio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos sete trabalhos que abordaram a BNCC e o Novo Ensino Médio, publicados de 2018 a 2023, todos provenientes de livros digitais. As temáticas exploradas foram diversas, com trabalhos que realizaram levantamento bibliográfico, entrevistas, discussões em grupo, investigações sobre as incoerências presentes no documento e na sua construção e as alterações feitas no currículo da escola, o que demonstrou interesses de pesquisadores em diferentes vertentes.

Apesar de diferentes temáticas abordadas, consideramos baixo o quantitativo de produções. Uma hipótese que temos é o fato de o documento ter sido finalizado em 2018 e 2024 ser o primeiro ano em que teremos alunos formados em um currículo orientado por esse documento. Desta forma, notamos que a uma quantidade pequena de trabalhos que



apresenta a visão dos docentes da Educação Básica sobre a Implementação da BNCC e o Novo Ensino Médio, reforçamos a necessidade de pesquisas nesta vertente, inclusive, que considerem as percepções de professores, que são profissionais fortemente impactados, e por não termos identificado estudos sobre as perspectivas de docentes na implementação da BNCC no contexto do Novo Ensino Médio.

## REFERÊNCIAS

- BASSO, Lucimara Del Pozzo; PECHULA, Marcia Reami. A Base Nacional Comum Curricular e a autonomia do professor. *In*: MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (Org.). **Formação docente: princípios e fundamentos 2**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018, p. 95-105. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/formacao-docente-principios-e-fundamentos-2>. Acesso em: 10 out 2024
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 02 out. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 25 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 02 out. 2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 5.230, de 19 de julho de 2023**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, e 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9573184&ts=1726142419999&disposition=inline>. Acesso em: 02 out. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**: Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, [...]. Brasília, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 02 out. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIBANIO, Weverton Oliveira da Silva; COSTA, Leonardo Oliveira; NUNES, Simara Maria Tavares. Reflexões sobre o letramento científico na BNCC. *In*: SILVA, Mariana Batista do; AMORIM, Yuri Pereira de. (Org.). **Letramentos e Políticas Públicas: ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 101-117. Disponível em: [https://pedrojoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2023/12/EBOOK\\_Letramentos-e-](https://pedrojoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2023/12/EBOOK_Letramentos-e-)



[Políticas-Publicas.pdf](#) Acesso em: 02 out. 2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 10, n. esp., p. 37–45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2024

LIMA, Luís Gomes de. O extermínio epistemológico e os perigos do conceito de mínimo curricular no esvaziamento de conteúdos da Base Nacional Comum Curricular: uma proposta de superação. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, v. 8, n. 1, p. 1–25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/11894>. Acesso em: 10 nov. 2024

MANSUR, Daniel Redinz; ALTOÉ, Renan Oliveira. **BUSCad**: uma ferramenta tecnológica de importação e tratamento de dados em revisão de literatura de pesquisas em educação matemática. In: BAIRRAL, Marcelo Almeida; MENEZES, Rhômulo Oliveira. *Elaboração e mapeamento de pesquisas com tecnologias: olhares e possibilidades*. Porto Alegre: Fi, 2023, p. 260-292.

MINAS GERAIS. Secretaria da Educação. **Diretrizes curriculares para implementação do novo ensino médio nas turmas de 1º ano em 2022**. Belo Horizonte: Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1iGCbFYfGhm6opDRXAWSVUOw9cd2OtQ4/view>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MUELLER, Eduardo Ribeiro; CHASSOT, Attico Inácio. Incoerências da BNCC. In: SENHORAS, Elói Martins (Org.). **Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da sociabilidade humana 2**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021, p. 24-39. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/politicas-publicas-na-educacao-e-a-construcao-do-pacto-social-e-da-sociabilidade-humana-2>. Acesso em: 03 out. 2024.

OLIVEIRA, Carlos Henrique Araújo de; PEREIRA, Sara Souza; CAMPÊLO, Siquele Roseane de Carvalho. Ciências da Natureza no ensino médio: a BNCC e a reformulação curricular da rede estadual de ensino de Alagoas. *Anais VII CONEDU - Edição Online...* Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68157>. Acesso em: 10 out 2020.

PACHECO, Josilene Franco; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Itinerários Formativos no ensino médio: uma nova proposta?. In: GUIMARÃES, Lucelia Tavares; SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MENEZES, Jean Paulo Pereira de. (Org.). **Pesquisa, educação e realidade social**. Curitiba-PR, Editora Bagai, 2022, p. 123-140. Disponível em: <https://editorabagai.com.br/product/pesquisa-educacao-e-realidade-social/>. Acesso em: 15 out 2024

PICCININI, Cláudia Lino; NEVES, Rosa Maria Correa das. ANDRADE, Maria Carolina Pires de. Contribuições de acadêmicos especialistas em ensino de ciências na periferia da construção da base nacional comum curricular brasileira. In: GUILHERME, Willian Douglas. (Org.). **Contradições e desafios na educação brasileira 2**. Ponta Grossa, PR:



Atena Editora, 2019, p. 85-99. Disponível em:

<https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/contradicoes-e-desafios-na-educacao-brasileira-2>. Acesso em: 15 out 2024.

SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, v. 34, e214130.2018. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399365005091>. Acesso em: 08 ago. 2024.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; ALVES NETO, Henrique Fernandes. O processo de elaboração da base nacional comum curricular (BNCC) no Brasil e a sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 262-283, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51545>. Acesso em: 08 ago. 2024.

SILVA, Peterson Fernando Kepps da. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): questões atuais. In: MEDINA, Tuane Garcia; LEIVAS, Lucas da Silva; CESCHINI, Mayra da Silva Cutruneo (Org.). **Cartas pedagógicas na formação acadêmico-profissional**. Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2022, p. 121-126. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/716337/4/Cartas%20Pedag%C3%B3gicas%20na%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Acad%C3%AAmico-Profissional.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024

SOUZA, Maria Eduarda Rissati de; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; SEMZEZEM, Priscila. A implantação da reforma do ensino médio e seus impactos para a escola pública. In: SILVEIRA, Jander (Org.). **Educação na prática: docência e aprendizagem** - volume 1. Formiga (MG): Editora Ópera, 2023, p. 78-98. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/725940/2/Educa%C3%A7%C3%A3o%20na%20Pr%C3%A1tica%20Doc%C3%Aancia%20e%20Aprendizagem%20-%20Volume%201.pdf>. Acesso em: 08 ago 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Novo Ensino Médio**: Todos Pela Educação lança análise do Substitutivo do PL 5230/2023. Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/07/novo-ensino-medio-analise-do-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

**Artigo recebido em:** 16 de novembro de 2024.

**Aceito para publicação em:** 11 de dezembro de 2024.

**Manuscript received on:** November 16th, 2024

**Accepted for publication on:** December 11st, 2024

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

